

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU HISTÓRIA E CULTURAS POLÍTICAS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
TÚLIO CÉSAR DIAS LOPES

José Carlos Mariátegui e a Cultura Política
Socialista-comunista na América Latina

Belo Horizonte, 30 de junho de 2009.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	Página 3.
MARIÁTEGUI: VIDA E OBRA.....	Página 7.
A CULTURA POLÍTICA SOCIALISTA NA AMÉRICA LATINA.....	Página 13.
OS SETE ENSAIOS DE INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE PERUANA.....	Página 20.
CONCLUSÃO.....	Página 29.
BIBLIOGRAFIA.....	Página 30.

APRESENTAÇÃO -

O interesse em conhecer os principais expoentes do pensamento marxista na América Latina, nos leva a averiguar a obra do pensador peruano José Carlos Mariátegui. Mariátegui não foi o primeiro, o mais influente e tampouco o único a utilizar o método marxista na interpretação da realidade de um país latino americano. Pela originalidade, variedade e riqueza de sua obra ele se situa como um dos precursores da Cultura Política Socialista na América Latina, na medida em que além de propagandear as idéias marxistas soube formular análises sobre a realidade peruana e latino-americana através da práxis revolucionária.

Buscamos no presente trabalho, entre outras coisas, apresentar algumas questões fundamentais da vida e obra de José Carlos Mariátegui. O amauta, como Mariátegui era conhecido, ao aprofundar seus estudos sobre a realidade peruana, a partir do método marxista, incorporou elementos novos na abordagem de temas candentes e polêmicos da Cultura Política Socialista Latino-americana. Liberais e socialistas, nacionalistas e comunistas, os intelectuais e políticos peruanos se interrelacionaram com as idéias e alimentaram polêmicas com as visões de Mariátegui, no Peru durante as primeiras décadas do século XX. Entre os socialistas e comunistas peruanos e latino americanos, as idéias de Mariátegui também teve seu espaço, negligenciadas por uns referendadas por outros.

Procuramos dividir nosso trabalho em três partes. Esta divisão não é mecânica e tampouco automática. Optamos por abordar os elementos centrais da vida e obra de Mariátegui, inter-relacionando-os, sob uma perspectiva dialética, o que nos possibilitará uma leitura mais apurada dos temas elencados pelo Amauta.

Na primeira parte trataremos de elencar os principais traços biográficos de José Carlos Mariátegui e o contexto no qual produziu com intensidade sua obra. Embora as referências à Mariátegui se dêem principalmente no tocante a sua investigação da realidade peruana, sua vivência política e intelectual, não se restringiu aos limites geográficos do Peru, tendo percorrido parte da

Europa e se relacionado com círculos políticos e intelectuais de outros países latinos americanos.

Destacam-se períodos diferenciados em sua formação política e intelectual. O primeiro momento (no Peru) denominado por seus biógrafos como a Idade da Pedra, o amadurecimento vivenciado durante o estágio europeu e a Idade da Revolução marcada por uma produção teórica política intensa e sua ativa colaboração com o movimento socialista peruano e o movimento comunista internacional (Escorsim, 2006, p.15).

Na segunda parte, abordaremos o significado da contribuição teórica da obra do referido autor relacionando a devidamente com a formação do movimento socialista e comunista na América Latina. Neste tópico as averiguações de José Aricó, Michael Löwy, Antônio Carlos Mazzeo, Nestor Kohan e Ricardo Melgar nos forneceram uma rica contribuição que nos possibilitará apontar os aspectos originais, particulares e universais da produção intelectual de Mariátegui no universo teórico do marxismo.

O conceito de Cultura Política, estudado durante o curso, nos remeterá a análise do movimento socialista e comunista sob um novo prisma, desvinculando nosso estudo da possibilidade tanto de uma leitura anticomunista *a priori*, quanto da análise dogmatizada e mecânica de certas abordagens marxistas.

A gestação de uma Cultura Política Socialista-Comunista na América Latina remonta à segunda metade do século XIX. Marcada inicialmente pela influência política literária de textos advindos da Europa sobre alguns intelectuais e líderes políticos. A partir do crescimento do movimento operário sindical e dos trabalhadores do campo, e principalmente do desenvolvimento econômico vivenciado em algumas regiões pólo da América Latina, esta influência salta para o domínio das forças políticas, se estruturando em partidos, organizações sindicais, entidades culturais e estudantis. Tais organizações sistematizam diversos elementos deste arcabouço teórico e fomentam a difusão destas novas idéias gerando novos adeptos e fomentando novas perguntas e respostas.

A principal relevância deste estudo está em auferir os elementos chaves pelos quais, o pensamento e a ação do Amauta enriqueceram a produção teórica da Cultura Política Socialista-Comunista na América Latina. Devemos pontuar o recorte temporal e os limites desta análise que não abordara os desdobramentos e congruências das idéias de Mariátegui com as organizações políticas e os movimentos sociais e populares no Peru nas últimas décadas do século XX e na atualidade.

Na terceira e última parte trataremos de abordar de forma pormenorizada a obra de referência lapidar do autor *Os sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. Os sete elementos: o esquema da evolução econômica, o problema da terra, o problema do Índio, a educação pública, a religião, o regionalismo e a questão da cultura são peças chaves na compreensão do pensamento político e social do referido autor.

A escolha deste livro para ilustrar o pensamento de Mariátegui, foi definida devida a importância teórica e política desta consagrada obra do autor referendada nas análises dos principais debatedores dos temas e das questões contidas nos Ensaios. Dado o estágio inicial de nossa investigação que pretende aprofundar o estudo de outras obras referenciais de José Carlos Mariátegui devemos pontuar os limites desta breve análise, ou seja, a necessidade de um estudo mais aprofundado dos elementos que cercam os temas abordados nos sete ensaios.

Cabe elencar ainda que os inúmeros artigos publicados por Mariátegui em revistas e periódicos, não se restringem a temáticas estritamente relacionadas a realidade peruana; Mariátegui trata de questões relacionadas a conjuntura internacional e; a questões pertinentes ao domínio da cultura literária são bastante numerosos e merecem um estudo à parte. Livros como a coletânea de textos *Temas de Nuestra América* ao abordar temas instigantes como a Revolução Mexicana, autores e livros americanos, a política ibero americana, e a discussão do quadro político eleitoral em vários países latino americanos, nos dão mostra da riqueza e diversidade da produção teórica de Mariátegui.

Por fim, procuramos contribuir com este trabalho para a compreensão e o conhecimento das idéias de Mariátegui, estabelecendo os nexos necessários ao estudo crítico do pensador e de sua obra.

Mariátegui: Vida e obra -

No início do século XX, as idéias socialistas-comunistas começam a circular com maior fluidez na América Latina. Vários intelectuais, líderes operários, camponeses e estudantes começam a ter acesso à literatura socialista, antes restrita a Europa. O movimento socialista internacional ganha fôlego com a Revolução Socialista Soviética na Rússia em 1917, e a organização da Internacional Comunista – KOMINTERN, no período posterior apresenta os socialistas em outro patamar de organização internacional para um novo cenário de lutas, derrotas e conquistas.

Na América Latina, a Revolução Mexicana se desperta abrindo possibilidades para reformas, rupturas e reordenamentos político e social nos países latino americanos, que se conformam incorporando e excluindo novos atores políticos e sociais. O debate intelectual gerado em decorrência e iminência dessas mudanças políticas e sociais se avoluma.

A influência política do movimento operário sindical europeu, do movimento popular e anti-imperialista mexicano e do movimento estudantil se manifestam com intensidade questionando políticos e intelectuais sobre temas pertinentes às realidades sociais e históricas e as demandas por transformações políticas, culturais, sociais e econômicas.

O Peru de Mariátegui apresentava modificações substantivas, coincidindo o seu período de vida com o “apogeu e a crise do civilismo¹ projeto inconcluso de hegemonia burguesa, bem como o seu desfecho, na ditadura de Leguía” (Idem, p17).

Mariátegui vivia em um país marcado pela hegemonia dos gamonales² e “frações burguesas” subordinados ao imperialismo inglês que com este “quarto de século de hegemonia civilista (1895-1919), com a mesquinha política criolla, corresponde ao período em que a sociedade peruana consolidou as características que trazia dos tempos coloniais: o corte entre a costa (dinâmica e branca) e a serra (atrasada e indígena)”. (ESCORSIM, 2006, p.17).

¹ O Civilismo expressava a ideologia e a ação do Partido Civilista, cuja base social era os grandes proprietários urbanos, os grandes fazendeiros e a parcela da população bem posta na vida.

² Gamonal – típico representante da oligarquia rural, proprietário fundiário que exercia poder senhorial sobre os indígenas que habitavam as suas terras.

Ainda segundo Leila Escorsim “as novas pressões a que a conjuntura pós-guerra (guerra com o Chile por causa da exploração do Guano e do salitre) expõe o Peru, notadamente com as incursões do imperialismo estadunidense sobre a economia andina” (Idem,p.18), fez com que coubesse a um civilista o enterro do civilismo.

O oncenio de Leguía³ “sem desestruturar o Peru legado pela República, engrenou-o com uma lógica de modernização comandada pelo imperialismo estadunidense que sepultou completamente o projeto nacional (burguês autônomo) que estivera na base da fundação do Partido Civilista.(Idem, P.19)” Mariátegui se repugnava com o civilismo e mais tarde tornara-se um forte opositor de Leguía.

Neste período “que se afirma o padrão de desenvolvimento que vai articular, sob a hegemonia do imperialismo estadunidense, um capitalismo marcadamente monopolista com um conjunto econômico de características fortemente pré-capitalistas(Idem, p.19)”. Desta forma se configura o Peru da época de Mariátegui “um país, em transição – a partir das estruturas econômico-sociais da república oligárquica articula-se a modernização controlada pelo imperialismo estadunidense (Idem, p,19)”.

Leila Escorsim aponta três vetores decisivos para o acirramento da crise da república oligárquica: as lutas camponesas, associadas a questão da terra e a questão indígena; as lutas estudantis, catalisadas pelo movimento da reforma universitária⁴; e as lutas operárias, que chega ao auge com a greve geral em lima (1919).

Sem constituir novidade no cenário peruano e sinalizando a irresoluta questão agrária. As lutas camponesas que se emergem neste período trazem consigo novos elementos organizativos e buscará tratar (Idem, p.24)”o problema indígena, conectado à questão agrária” dando a este um aspecto fundamental da questão nacional. Veremos no tópico sobre os sete ensaios de interpretação

³ Augusto B. Leguía, um civilista que enterrou o civilismo, buscando a modernização do Peru através de investimentos estadunidenses.

⁴ O movimento da Reforma Universitária se origina na Argentina, sob a liderança de estudantes cordobeses e terá ressonância continental através de Alfredo Palácio e no processo peruano foi realçado por Illán.

da realidade peruana a importância dada por Mariátegui, a partir da crítica marxista, a estas questões fundamentais para as lutas políticas, sociais e econômicas no Peru.

Novidade no cenário peruano o movimento estudantil traduz o “protagonismo político de um estrato social cujas expectativas e demandas não cabiam no esquema civilista: o das camadas médias, proeminentes em especial em Lima e Callao.(Idem, p.24)” A principal característica do movimento estudantil peruano “foi o de vincular as suas demandas específicas (Reforma Universitária) a exigências políticas e sociais que diziam respeito aos trabalhadores e grupos subalternos urbanos (Idem, p.25)”.

A criação da Universidade Popular Gonzalez Prada – UPGP é o principal exemplo da mencionada busca da aliança estudantil-operária. Organizada pela “Federação dos Estudantes do Peru, a cuja a frente estava Haya de la torre, a UPGP dispunha de instrumentos editoriais como a revista Claridad e torna-se um viveiro de experiências pedagógicas e políticas(Idem, p.25)” no Peru na segunda década do século XX.

Coube ao movimento operário-sindical o papel mais importante no desfecho da crise da república oligárquica “foi a sua ação, em 1919, que conduziu à derrocada de Pardo, e foi sua unidade com o movimento estudantil que fará com que, nos anos de 1920, os movimentos sociais tenham forte incidência na sociedade peruana.(Idem, p.26)”

Após o período de ascenso do movimento operário-sindical, estudantil e popular marcando a derrota da república Oligárquica concomitantemente com a consolidação do governo de Leguía. Segue uma onda repressiva em face de setores pequeno-burgueses radicalizados e proletários protagonizada pelo governo, o que levará a prisão e o exílio várias lideranças políticas proeminentes no Peru como Haya de la Torre e Mariátegui.

Sobre Mariátegui, faz-se importante aqui, traçar a trajetória de sua vida dando destaque para suas atividades políticas. José Carlos Mariátegui nasceu em Moquega, Sul do Peru, em 14 de junho de 1894. Em 1909 desloca-se com sua família para Lima, começa a desempenhar suas atividades

profissionais como auxiliar de tipografia no Jornal La Prensa, um diário liberal-conservador onde, “Mariátegui vai se abrindo às questões do seu tempo, primeiro como homem de imprensa, depois diretamente como ator político.(Idem, p.28)”

A versão, comumente trabalhada por vários biógrafos de Mariátegui, é a de que a vida e a obra de José Carlos Mariátegui (1894-1930) podem ser compreendidas em duas etapas que, sem constituírem “fases” estanques, configuram distintos momentos evolutivos: a idade da pedra que vai de sua infância até 1919, e a idade da Revolução, que começa após seu retorno do exílio na Itália (1923) e termina com sua morte.

No Jornal La Prensa, das oficinas passa a redação e a partir de 1914 começa a desenvolver sua atividade jornalística e literária. Em 1916 funda Colónida tal revista “representa um marco na literatura peruana, combatendo o academicismo e o conservadorismo (Idem, p.30)” e é expressão da idade da pedra: a recusa das instituições vigentes no Peru. Ainda em 1916, Mariátegui integra a redação do diário El Tiempo, onde observa que “à recusa esteticista substitui-se gradualmente uma crítica cada vez mais concreta (Idem, p.31)”.

Em 1918 cria a com César Falcón e Félix del Valle a revista Nuestra Época, que “destinada ao grande público e que, mesmo sem uma nítida inspiração socialista, apresenta-se com uma firme orientação de defesa dos movimentos populares”. A revista tem curta circulação, a direção de El Tiempo impede sua publicação. Mariátegui por sua vez abandona o jornal e cria um novo diário em 1919, intitulado La Razón “diário colado às reivindicações do proletariado e dos setores populares (Idem, p.32).”

Ainda em 1919, o Jornal La Razón deixa de circular fechado pelo governo, que percebe também a necessidade de afastar Mariátegui da cena política a qual estava ligado mediante suas publicações. No final de 1919, Mariátegui embarca, a “convite” do governo peruano para a Itália, finaliza-se está fase de sua vida, a Idade da Pedra.

Na Itália, Mariátegui “integra-se na agitada vida política e cultural italiana, marcada pela

ascensão do fascismo e pelo surgimento de fraturas e alternativas na esquerda italiana.(Idem, p.34)”. Em 1921, Mariátegui assiste ao Congresso de Livorno, que marca a fundação do Partido Comunista Italiano.

Em sua estadia na Itália Mariátegui

não só estudou autores que começavam a encontrar ressonância (como Freud, por exemplo); voltou-se para a literatura socialista e comunista (tanto os “clássicos”, Marx e Engels, quanto os textos de Lênin e outros bolcheviques, do sindicalismo revolucionário de Sorel e dos intelectuais e ativistas italianos contemporâneos) e frequentou os círculos mais letrados (Idem, p.34).

Da Europa, retorna com forte influência de pensadores italianos e principalmente do marxismo, trazendo planos e projetos, o que dá início a sua “idade da Revolução”. Ministra um “ciclo de 17 conferências que entre, 1923 e 1924, pronuncia na Universidade Popular González Prada sobre a História da Crise Mundial. (Idem, p.36)”

Entre 1924 e 1926, dedica-se ao trabalho político-jornalístico escrevendo para o jornal semanário *Variedades* (na seção: “Figuras e aspectos da vida mundial”), assume a direção da revista *Claridad* (órgão de imprensa da Universidade Popular González Prada) e também contribui com o jornal *El Obrero Têxtil*.

Ainda em 1925 dedica-se para a criação de um periódico em que pudesse se expressar livremente (Idem, p.38)” organizado através da Editorial Librería-Imprensa Minerva, no ano seguinte consolida dois de seus projetos a publicação de seu primeiro livro *La escena contemporânea* e o começo da circulação da revista *Amauta*.

Em meio a proibições e prisões de seus membros, a Revista *Amauta* ganha prestígio internacional. Paralelamente à *Amauta* “Mariátegui dedica-se a um periódico que cria no mesmo ano, voltado para a organização política do proletariado: *Labor*, que circulará entre 1928 e 1929 (Idem, p.39)”. Ainda em 1928, Mariátegui publica seu segundo livro *Os siete ensayos de*

interpretación de la realidad peruana (Os sete ensaios de interpretação da realidade peruana).

Além das atividades jornalísticas José Carlos Mariátegui inclinou-se para a participação direta na vida política peruana participando da criação em 1928, “numa reunião clandestina na praia de La Herradura, do Partido Socialista do Peru (Idem, p.39)”. Nesta ocasião foi lhe atribuída a Secretária Geral (presidência) do novo partido, já em 1929, ajuda a fundar “a Confederação Geral dos Trabalhadores do Peru (CGTP) (Idem, p.40).”

Temendo nova represália do Governo, transfere-se para Buenos Aires com sua família, numa breve estadia. No retorno ao Peru, no auge de suas atividades políticas “o agravamento de seu estado de saúde impede a consecução de seus planos (Idem, p.41)”, José Carlos Mariátegui morre em abril de 1930, sendo homenageado no Peru e em círculos socialistas e comunistas de outros países.

O MARXISMO E JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI

O processo de formação política e intelectual de Mariátegui possui um marco que também servirá como uma ponte entre a 'idade da pedra' e a 'idade da revolução', seu exílio para a Europa entre 1919 e 1924. À suas concepções liberais e humanistas marcadas pelo romantismo em relação aos povos indígenas soma-se a influência teórico-filosófica do ambiente político cultural italiano do período entre guerras e o marxismo, como referencia teórica e prática.

Para Löwy o pensamento de Mariátegui caracteriza-se “por uma fusão entre os aspectos mais avançados da cultura européia e as tradições milenares da comunidade indígena, e por uma tentativa de assimilar a experiência social das massas camponesas numa reflexão teórica marxista. (Löwy, 2006, p.18)”

Na mesma linha de análise Leila Escorsim identifica que a formação intelectual marxista de Mariátegui sofreu forte influência do “ambiente italiano – o mirante político (Escorsim, 2006, p.79)”. Segundo José Aricó “Mariátegui leu Marx e Lenin com o filtro do historicismo italiano e de sua polêmica contra qualquer visão evolucionista e fatalista do desenvolvimento das relações sociais.(Aricó, 1987, p.450)”

Mariátegui, como relatamos no tópico anterior, no decorrer de suas atividades jornalísticas, literárias e políticas se apresenta como um homem de pensamento e ação, um intelectual sem formação acadêmica com vínculos orgânicos com os movimentos sociais, sindicais e estudantis do Peru.

Michael Löwy distingue cronologicamente a história do marxismo na América Latina em três períodos: “um período revolucionário, dos anos 20 até meados dos anos 30, cuja expressão teórica mais profunda é a obra de José Carlos Mariátegui (Löwy, 2006, p.9)”, o período stalinista de meados da década de 1930 até 1959 e o novo período revolucionário, inaugurado pela Revolução Cubana (1959).

A fase anterior aos três períodos elencados por Löwy corresponde aos primeiros contatos de

intelectuais, estudantes e líderes operários e camponeses com livros e materiais de propagação das obras de Karl Marx e Friedrich Engels no continente. Durante o final da segunda metade do século XIX e a primeira década do século XX, essa influência se materializa na constituição dos primeiros partidos e organizações operárias.

Uma das questões centrais problematizadas por Löwy, e que constitui o pilar sob o qual as organizações políticas irão se debruçar e formular suas estratégias e táticas é a natureza e o caráter da revolução no continente. Duas tentações se verificam, em relação ao marxismo na América Latina, segundo o referido autor: o excepcional *ismo* latino americano que tendeu a “absolutizar a especificidade da América Latina e de sua cultura, história, ou estrutura social” e o *eurocentrismo* onde “toda a especificidade da América Latina foi implícita ou explicitamente negada, e o continente concebido como uma espécie de Europa Tropical.(Idem, p.10-11)”

Dada à dimensão estipulada desta investigação, nos ateremos ao primeiro período. Em *Mariátegui e a ocidentalização da política* Ricardo Melga BAO sustenta que “O lugar da reflexão representa algo mais que um espaço neutro e passivo de recepção ideológica e política, algo mais que um marxismo adjetivado, expressa ativamente o peso da identidade, da linguagem e da territorialidade histórico cultural de onde emerge.(BAO, p.130)”

As discussões sobre os caminhos para a realização de uma revolução no Peru e suas características, levou Mariátegui e fomentar diversas polêmicas com outros líderes políticos peruanos em especial Haya de la torre, fundador da aliança patriótica revolucionária para a América Latina. Haya de la Torre ira sustentar a tese “nacionalista” segundo a qual era necessária uma aliança entre a burguesia e os operários e camponeses para derrotar o imperialismo e desenvolver as forças produtivas como ponto de partida para a “revolução”.

Löwy aponta que para Mariátegui “A revolução latino-americana só pode ser uma revolução socialista que inclua objetivos agrários e anti-imperialistas. Em um continente dominado por impérios não há lugar para um capitalismo independente; a burguesia local chegou tarde demais à

cena histórica (Löwy, 2006, p.20)”.

Sobre a importância e originalidade da obra de Mariátegui cabe destacar ainda que para autores como Nestor Kohan a riqueza da interpretação marxista de Mariátegui esta em ter realizado três operações teóricas: a primeira foi conceber o “marxismo como método de análise e não como esquema apriorístico, em outras palavras, entender o marxismo como um instrumento de análise produtivo” e não como “teoria apriorística.(KOHAN, p.76)”.

O segundo elemento foi o “distanciamento do paradigma político onde a civilização se encontrava circunscrita a alguns países europeus. Mariátegui apresenta a necessidade de “junto ao poder revolucionário do proletariado, seus partidos e sindicatos o mundo rural e do campesinato principalmente o Indígena.(Idem, p.78)” devem fundamentalmente ser incorporados.

O terceiro e último elemento é o da “readequação do método histórico (estudo do imperialismo desde a força social oprimida) por sobre a metafísica materialista (Idem, p.79)” que desconsidera e releva a segundo plano a importância e o significado das forças sociais internas no processo revolucionário.

Para Ricardo Melgar Bao a riqueza da obra de Mariátegui esta em realizar a síntese entre “a instância popular (a formação social do Peru) e a Universal (o socialismo marxista como movimento emancipador de uma classe social mundial). Nesta síntese Mariátegui entendia que não se podia nem devia abandonar nenhum dos pólos contraditórios, com o risco de cair no exotismo e no folclorismo (no particular) ou no cosmopolitismo (no universal).(BAO, p.131-132)”

Uma das questões fundamentais desenvolvidas por Mariátegui e a qual lhe atribui certa originalidade, é a problematização das comunidades indígenas como potencialmente bem situadas em relação a construção do socialismo dado o estágio avançado de organização social da produção onde “analogamente a posição de Marx em 1881, Mariátegui questiona a suposta fatalidade histórica que prescreve a necessária destruição da comunidade Agrícola” e crítica “a destruição predeterminada da comuna indígena e sua posterior passagem a uma apropriação privada da terra,

como expressão da obrigatória correspondência com a chamada 'acumulação primitiva de capital', tal como se deu historicamente na Inglaterra.(Idem, p.132)”

Para o desfecho e superação desta contradição o Amauta acentua a possibilidade de se estabelecer uma nova cronologia histórica (não linear) capaz de abrir espaço para evitar de passar pelos 'sacrifícios', “as rígidas etapas pelas quais transitavam as formações sociais europeias, implicitamente Mariátegui esta pondo em questão aquela particular interpretação do Marxismo que homologou a teoria da História de Marx como filosofia fatalista.(Idem, p.133)”

Segundo Löwy “Mariátegui foi o primeiro comunista da América Latina a abordar o problema agrário e sua relação com o problema indígena, tentando aplicar de forma criativa o método marxista a um fenômeno especificamente latino-americano (Löwy, 2006, p.109)” atribuindo grande importância às tradições coletivistas dos Incas. Na perspectiva de Nestor Kohan Mariátegui se situa entre o “relativismo histórico de Haya de la Torre e o materialismo mecanicista de Codovilla⁵”.

Para o autor “não cabe dúvida de quanto tenta dar conta da realidade peruana estudando os problemas econômicos, históricos, literários, religiosos, indígenas, educativos e de organização regional”, Mariátegui o faz sob o ângulo marxista aberto e criativo utilizando o método dialético, sem se limitar ao catecismo oficial da “ortodoxia”.

Para José Beired, “a preponderância do Estado na estruturação da sociedade e da nação condicionou a sedimentação de uma cultura política legitimadora da hipertrofia do Estado e do seu uso como instrumento principal de transformação (Beired, 1996, p.41)” neste terreno, o da “preexistência de uma certa cultura política que o leninismo aqui encontrou condições de expansão enquanto ideologia valorizadora do momento da tomada do poder estatal e da utilização deste para transformar a sociedade (Idem, p.41)” superando a influência das idéias anarquistas e se contrapondo as perspectivas restritamente nacionalistas.

É importante assinalar que antes e durante o chamado período “stalinista”, a teoria de

⁵ Codovilla foi o principal expoente do marxismo soviético na América Latina no período.

partido desenvolvida por Lenin, passa a ser hegemônica no movimento socialista (comunista) Internacional. Mariátegui, enquanto expoente do movimento socialista e comunista peruano adere ao leninismo, principalmente no tocante aos aspectos políticos organizativos. Nos princípios programáticos do Partido Socialista do Peru afirma categoricamente que o “Partido Socialista adapta sua práxis às circunstâncias concretas do País (Belloto & Correa, 1982, p.76)”. Sendo que Mariátegui defende que o “marxismo-leninismo é o método revolucionário da etapa do imperialismo e do monopólio.(Idem, p.77)” concordando de forma geral com os princípios básicos da Internacional Comunista.

No mesmo ano da publicação dos sete ensaios de interpretação da realidade peruana, o Movimento Comunista Internacional realiza o seu VI Congresso da Internacional Comunista (KOMINTERN), onde em meio a modificações na linha política na maioria dos partidos membros, consolida-se um período de bolchevização dos partidos comunistas (os partidos socialistas ligados ao Komintern passam a ser denominados partidos comunistas). Neste processo verificou-se um “enquadramento esquemático e generalizador, que acabou por vulgarizar os elementos históricos-objetivos componentes das realidades latino-americanas, desconsiderando, assim, a rica complexidade das formações históricas-particulares da América Latina (Mazzeo, 1996, p.51)”

Mariátegui, incapacitado fisicamente, não pode participar da Conferência Comunista Latino Americana em Buenos Aires, no ano de 1929). Em 1929, escreveu o livro *Defesa do Marxismo*, revelando “uma profunda influência do idealismo italiano de Croce, Gentile, de Bergson e, acima de todos, de Sorel (Löwy, 2006, p.18)” marcando sua compreensão do marxismo.

Antônio Carlos Mazzeo analisa que foi neste congresso que “a implementação da linha política de viés marxista-vulgar, que reduziu as complexidades particulares das formações sociais latino americanas à fórmula do feudalismo, transpondo esquematicamente experiências e realidades de outros países, constitui-se no passo fundamental para o emprobecimento do manacial teórico marxista e acabou por excluir dos PCs interpretações que possibilitaram a elaboração de visões

inovadoras e criativas do processo histórico latino-americano.(Mazzeo, 1996, p.52-53)”. Desta forma, o Komintern ceifou as possibilidades de elaboração teórica original que vinha sendo desenvolvida em alguns Partidos Latino-Americanos participantes da Internacional Comunista.

A contribuição verificada na leitura de Mariátegui do marxismo esta marcada principalmente pela incorporação de dois elementos de destaque em sua obra a questão nacional e o problema indígena.

O trato da questão nacional tendo “como ponto obrigatório de partida para toda a reflexão sobre a possibilidade de um projeto de transformação da sociedade peruana (Aricó, 1987, p.449)”. Onde busca interpretar a realidade peruana através do marxismo como instrumental teórico analítico. Em seu texto *O socialismo indo-americano*, Mariátegui afirma que o socialismo na América não poderá ser “decalque e cópia. Deve ser criação heróica. Temos que dar vida com nossa própria realidade, em nossa própria linguagem, ao socialismo indo-americano (Löwy, 2006, p.18)”.

E a recolocação do problema indígena onde crítica a tendência de considerá-lo como uma questão superestrutural e não como um problema econômico-social, pontuando que a “crítica socialista o descobre e esclarece. Porque busca suas causas na economia do país e não no seu mecanismo administrativo, jurídico ou eclesiástico, nem na sua dualidade ou pluralidade de raças, nem em suas condições culturais ou morais (Mariategui, 2008, p.53)”.

Dada à originalidade da obra de Mariátegui, em uma importante fase de elaboração teórica marxista e sua posterior influência no movimento socialista e comunista latino americano, os principais estudiosos e pensadores marxistas lhe atribuem o papel de ser o primeiro e principal expoente do nascente Marxismo na América Latina.

Lowy sustenta em sua obra que o livro *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, foi a “primeira tentativa de análise marxista de uma formação social latino-americana concreta. (Löwy, 2006, p.18)” Na advertência de Mariátegui (1928) cabe destacar que “esse trabalho não passa de uma contribuição à crítica socialista dos problemas e da história do Peru (Mariategui,

2008, p.32)” onde ele “operou uma transformação de todo o discurso marxista oficial, que o levou a basear no Índio a força social estratégica de qualquer projeto socialista de transformação(Aricó, p.457)”.

OS SETE ENSAIOS DE INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE PERUANA -

Trataremos neste tópico de desenvolver um estudo pormenorizado da principal obra de José Carlos Mariátegui os *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. Abordaremos aqui as principais idéias desenvolvidas sobre os sete temas tratados nesta obra: o esquema da evolução econômica, o problema do índio, o problema da terra, o processo da educação pública, o fator religioso, regionalismo e centralismo e o processo da literatura.

Em sua advertência (prefácio) Mariátegui aponta que sua obra abordará os “aspectos substantivos da realidade peruana (Mariategui, 2008, p.31)”, as questões pertinentes a evolução política e ideológica do Peru mereceria um livro a parte, dado seu curto período de vida após a publicação dos *sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, Mariátegui não desenvolve esta obra.

A partir desta “contribuição à crítica socialista dos problemas e da história do Peru” (Mariategui, p.31) pretendia materializar sua “ambição enérgica e declarada: a de contribuir para a criação do socialismo peruano (Idem, p.31)”. De fato, dada a repercussão desta obra e a influência posterior do pensamento mariateguiano, historicamente, sua intenção se concretizou.

Datada de 1928, a publicação dessa obra de José Carlos Mariátegui alimentou polêmicas tanto em relação à política peruana, como em relação ao movimento socialista-comunista na América Latina e no mundo.

O esquema da evolução econômica é o principal elemento dos sete ensaios devido ao fato de verificar o “esforço marxista de interpretar e fundamentar a história peruana no estudo do fato econômico (Idem, p.36)”. Abordando a História Econômica do Peru, Mariátegui aponta *a conquista* como o fator principal de divisão, ou seja, de quebra de continuidade da História do Peru. Onde o 'Império dos Incas', com sua “organização coletivista, regida pelos incas, tinha amortecido o impulso individualista nos índios; mas havia desenvolvido extraordinariamente neles, em proveito desse regime econômico, o hábito de uma humilde e religiosa obediência ao seu dever social.(Idem,

p.33)”. Neste sentido “o trabalho coletivo e o esforço comum eram frutificativamente empregados nos fins sociais (Idem, p.34)”.

Com o advento da conquista a sociedade indígena e a economia incaica se decomuseram e se aniquilaram completamente. Desta forma, “o vice-reinado assinala o começo do difícil e complexo processo de formação de uma nova economia (Idem, p.35)” com a passagem de uma economia do tipo socialista (referencia ao 'Comunismo primitivo') para uma economia de tipo feudal.

O autor dos Sete ensaios, constata que no Peru o Império Espanhol de caráter militar e eclesiástico não se constituiu como uma verdadeira força de colonização “os colonizadores não se bastavam para criar uma economia sólida e orgânica”, daí a necessidade de associar “aos elementos característicos de uma sociedade feudal, elementos e características de uma sociedade escravista (Idem, p.35)” como no caso dos escravos negros na região litorânea Peruana.

Na etapa que se inicia após o processo de independência surgem as bases econômicas da nascente república Peruana, “etapa na qual a economia feudal se transforma, pouco a pouco, em economia burguesa. Mas sem deixar de ser, no contexto do mundo, uma economia colonial (Idem, p.36)”. Onde se observa que “enquanto a conquista engendra totalmente o processo de formação da nossa economia colonial, a independência aparece determinada e dominada por esse processo (Idem, p.36)” marcado por rupturas e continuidades.

Sobre o processo da independência da América Hispânica cabe assinalar que mesmo auferindo a capacidade e vontade dos povos e o esforço para a consecução da emancipação, o autor tende a ponderar que “o fato intelectual e sentimental não foi anterior ao fato econômico (Idem, p.36)” onde “a economia nascente das embrionárias formações nacionais da América necessitava imperiosamente, para conseguir seu desenvolvimento, desvincular-se da autoridade rígida e emancipar-se da mentalidade medieval do rei da Espanha (Idem, p.37)”.

A tese supracitada da nova periodização histórica proposta por Mariátegui, no que se refere a

passagem de uma economia socialista (Incaica) a uma economia capitalista, não nega as influências do desenvolvimento capitalista preponderante na Europa. Neste caso, “enfocada sobre o plano da história mundial, a independência sul-americana se apresenta como decidida pelas necessidades de desenvolvimento da civilização ocidental ou, melhor dito, capitalista (Idem, p.37)”.

Destacando a particularidade do processo histórico da independência e formação histórico econômica do Peru, o autor destaca a “diferenciação e desvinculação do processo histórico de outros povos da América do Sul. Por sua posição geográfica, o Peru acabava mais vizinho e próximo do Oriente”, ou seja, estabelecia contato e recebia influências dos países do Pacífico, principalmente através dos imigrantes.

Embora tenha ocorrido a presença de imigrantes chineses como substituição aos escravos negros para Mariátegui a problemática Ocidente versus Oriente, em constante debate entre os intelectuais e políticos peruanos, não poderia ser efetivamente resolvida através da aproximação com o oriente pois “no Peru que emergiu da conquista, apoiado na independência, havia necessidade das máquinas dos métodos e das idéias dos europeus, dos ocidentais (Idem, p.38)”.

Outro período histórico destacado no esquema da evolução econômica é o período do Guano e do Salitre. Se para os espanhóis o Peru representava um país produtor de metais preciosos para a Inglaterra o Peru representava o país produtor de Guano e Salitre. Tal característica diferente não representava para Mariátegui objetivos diferentes “o que mudava não era o motivo, era a época (Idem, p.39)” assinala também que na economia incaica estes produtos eram desprovidos de valor.

A civilização industrial, o industrialismo europeu ou ocidental “precisava-se abastecer dessas matérias no distante litoral do Sul do Pacífico (Idem, p.40)” somava-se a esta demanda a facilidade da exploração desse recurso. A exploração do Guano e do Salitre transformou a vida econômica peruana.

Destacando que “o fato econômico é muito mais complexo e transcendental do que parece (Idem, p.40)”. Mariátegui interpreta esta passagem como o processo culminante da formação no

Peru de uma “burguesia, confundida e enraizada em sua origem e estrutura com a aristocracia, formada principalmente pelos sucessores dos encomenderos e latifundiários da colônia, mas obrigados por sua função a adotar os princípios fundamentais da economia e da política liberais”.

Como consequência política deste processo a burguesia se organizou através do 'civilismo', e movimentou-se diretamente para a conquista do poder. Como impacto geopolítico observou-se o desenvolvimento econômico predominantemente na região costeira. “O período do Guano e do Salitre finaliza-se após a Guerra do Pacífico”⁶.

No imediato pós-guerra verificou-se o colapso das forças produtivas, “que não deixou como compensação nem mesmo nessa ordem de coisas, uma liquidação do passado.(Idem, p.42)” A perda de suas principais fontes: o salitre e o guano somou-se a depressão geral da produção e do comércio, a desvalorização da moeda nacional, a ruína do crédito externo e a crescente participação da Inglaterra nos domínios econômicos peruanos visto como a salvação nacional.

Os Ingleses lograram conquistar um contrato (contrato Grace) que, além de consolidar o predomínio britânico no Peru do pós-guerra, acabou “entregando as ferrovias do Estado aos banqueiros ingleses que até então tinham financiado a república e seus desperdícios, deu ao mercado financeiro de Londres os bens e as garantias necessárias para novos investimentos em negócios peruanos (Idem, p.44)”. Mariátegui ao elaborar a crítica a política peruana desse período destaca “o princípio de que no plano econômico se percebe sempre com mais clareza que no político o sentido e o contorno da política, de seus homens e de seus fatos (Idem, p.45)”.

A partir do predomínio britânico na economia peruana verifica-se no Peru novos elementos que darão um novo contorno a economia peruana com destaque para: “o aparecimento da indústria moderna e conseqüentemente o proletariado industrial; a crescente participação do capital financeiro; a diminuição das distâncias e o aumento do comércio entre o Peru o Estados Unidos e Europa (favorecida pela abertura do canal do Panamá); a gradual separação do poder britânico pelo

⁶ Guerra do Pacífico – Conflito bélico que envolveu o Peru e a Bolívia contra o Chile, que os derrotou e tomou parte do território peruano e boliviano – cortando a saída ao mar da Bolívia, para se apoderar de territórios ricos em salitre.

poder estadunidense; o desenvolvimento de uma classe capitalista, dentro da qual deixa de prevalecer como antes a antiga aristocracia; a ilusão da borracha (na amazônia peruana) e a política de empréstimos.

Concluindo, o esquema da evolução econômica do Peru, Mariátegui chama à atenção para o fato de que no Peru coexistem, no período histórico analisado, três tipos de economias diferentes: a economia residual indígena, mesmo “sob o regime de economia feudal nascido da conquista subsistem na serra;” na costa a crescente economia burguesa que nas palavras do autor, pelo menos em seu desenvolvimento mental, dá a impressão de ser uma economia retardada,(Idem, p.46)” e a economia agrária (latifundismo feudal) que faz com que o Peru seja um país predominantemente agrícola.

No tocante a estrutura de classes, Mariátegui aponta o fato originalmente peruano de que “a classe latifundiária não consegue se transformar em uma burguesia capitalista, dirigente da economia nacional (Idem, p.46)”. Onde setores como a mineração, comércio e os transportes se encontram nas mãos do capital estrangeiro. Por sua vez é na agricultura onde se observa uma organização da sociedade de caráter semi-feudal, que se encontram as maiores dificuldades para o desenvolvimento do país.

A síntese de Mariátegui aponta para o fato de que no Peru “os elementos morais, políticos e psicológicos do capitalismo (Idem, p.50)” não encontraram seu clima. Apontando para o fato de que “o capitalismo não é apenas uma técnica, é além do mais, um espírito (Idem, p.50)”. No Peru, contra o sentido da emancipação republicana, se encarregou ao espírito do feudo – antítese e negação do espírito burguês – a criação de uma economia capitalista.

O esquema da evolução econômica é o eixo central sob o qual os demais ensaios irão se debruçar. Por sua vez, a problemática da questão indígena e a questão da terra se interrelacionam e ampliam a dimensão econômica da realidade peruana sob a interpretação de Mariátegui.

Mariátegui propõe uma nova colocação para a questão do Índio no Peru. Apontando que “a

crítica socialista o descobre e esclarece, porque busca as causas na economia do país e não no seu mecanismo administrativo, jurídico ou eclesiástico, nem em sua dualidade ou pluralidade de raças, nem em suas condições culturais ou morais (Idem, p.54).” Ressalta que “a questão indígena nasce de nossa economia. Tem suas raízes no regime de propriedade da terra (Idem, p.55)” e dessa forma “repudia e desqualifica as diversas teses que consideram a questão como um ou outro dos seguintes critérios unilaterais: administrativo, jurídico, étnico, moral, educacional, ou eclesiástico (Idem, p.56)”

No que tange a questão administrativa, o Amauta destaca que “a derrota mais antiga e evidente é, sem dúvida, a dos que reduzem a proteção dos indígenas a um assunto comum da administração (Idem, p.56).” Sobre o aspecto jurídico constata que “o caráter individualista da legislação da república favoreceu, inquestionavelmente, a absorção da propriedade indígena pelo latifúndio (Idem, p.56)”.

Sobre o tratamento da questão indígena como problema étnico atribui a este argumento como parte do envelhecido repertório imperialista. Quanto a questão moral e eclesiástica, Mariátegui pontua que “no terreno da razão e da moral, situava-se, séculos atrás, e com maior energia, ou pelo menos com maior autoridade, a ação religiosa (Idem, p.57)” e na atualidade (anos vinte do século XX) a “solução eclesiástica é indiscutivelmente a mais atrasada e anti-histórica de todas.” A solução educacional nem ao menos no tocante ao aspecto pedagógico seria uma saída, pois o gamonalismo é fundamentalmente contrário a educação do Índio.

Após refutar as tentativas de associação restrita da problemática do índio com soluções específicas a alguns domínios da sociedade, Mariátegui faz clara alusão ao potencial organizativo da população indígena (que é camponesa). Enfocando o aspecto qualitativo (quatro quintos da população peruana era indígena) profetiza dizendo que “um povo de 4 milhões de homens, consciente de seu número, nunca desespera de seu futuro. Os mesmos 4 milhões de homens, enquanto não sejam mais que uma massa orgânica, uma multidão dispersa, são incapazes de decidir

seu rumo histórico (Idem, p.58)”.

Fechando estas possibilidades de interpretação e direcionamento para a questão indígena Mariátegui afirma que “a nova colocação consiste em procurar o problema indígena no problema da terra (Idem, p.61)”. Começando a crítica ao problema da terra Mariátegui declara superado “os pontos de vista humanitários ou filantrópicos, nos quais, como um prolongamento da batalha apostólica do padre de Las Casas, se apoiava a antiga campanha pró-indígena. Nosso primeiro esforço tende a estabelecer seu caráter de problema fundamentalmente econômico (Idem, p.67)”.

Insurgindo-se contra a redução do conflito a questões administrativas, pedagógicas, étnicas e morais, novamente Mariátegui chama a atenção para o plano da economia. A solução do problema do índio seria começar “por reivindicar, categoricamente, seu direito a terra. Essa reivindicação perfeitamente materialista deveria bastar para que não nos confundissem com os herdeiros ou repetidores do verbo evangélico do grande frade espanhol, a quem, por outro lado, tanto materialismo não nos impede de admirar e estimar fervorosamente (Idem, p.69)”.

Associando a resolução do problema agrário a liquidação do feudalismo no Peru. Mariátegui aponta que “esta liquidação já deveria ter sido feita pelo regime democrático-burguês formalmente estabelecido pela revolução da independência”. Onde “as expressões do feudalismo sobrevivente são duas: latifúndio e servidão. Expressões solidárias e consubstanciadas, cuja análise nos conduz à conclusão de que não se pode liquidar a servidão que pesa sobre a raça indígena sem liquidar o latifúndio (Idem, p.69)”.

Os pontos culminantes e originais nesta temática desenvolvida por Mariátegui são a constatação e sustentação da tese da existência de elementos socialistas nas comunidades indígenas e a não possibilidade de resolução mediante a repartição do latifúndio a favor da pequena propriedade, um dos alcances possíveis de uma reforma agrária em uma revolução burguesa.

Neste sentido, para Mariátegui, defende que “o regime de propriedade da terra determina o regime político e administrativo de toda nação. O problema agrário – que agora a república não

pode resolver – domina todos os problemas da nação. Sobre a economia semifeudal não podem prosperar nem funcionar instituições democráticas e liberais”. Fecha-se na interpretação de Mariátegui a viabilidade do projeto da democracia liberal burguesa.

Ao analisar o processo da educação pública (ou instrução pública) o Amauta destaca que como consequência do domínio espanhol a “Educação nacional não tem um espírito nacional, e sim um espírito colonial e colonizador (Idem, p.85)”.

Também neste elemento dos sete ensaios de interpretação da realidade peruana aborda a importância do condicionante econômico não sendo “possível democratizar o ensino de um país, sem democratizar sua economia e, por conseqüências, sem democratizar a sua superestrutura política(Idem, p.115)”.

Mariátegui considera que “com o nascimento de uma corrente socialista e o surgimento de uma consciência de classe no proletariado urbano(Idem, p.90)” entra no debate um novo elemento capaz de modificar os termos colocados pelo estado no tratamento da Educação.

Sobre o fator religioso primeiramente, Mariátegui busca caracterizar e diferenciar a religião quíchua da religião católica. A religião do quíchua “era mais um código moral que uma concepção metafísica(Idem, p.163)” onde “o Estado e a Igreja se identificavam absolutamente: a religião e a política reconheciam os mesmos princípios e a mesma autoridade (Idem, p.163)”.

Pontuando o relacionamento da Igreja com os processos históricos da conquista e da revolução da independência, Mariátegui observa que: a conquista caracterizada como uma empresa militar e guerreira engendrou a colonização como “uma empresa política e eclesiástica (Idem, p.165)” e a revolução da independência não alterou os privilégios feudais e tampouco os eclesiásticos. Propagandeando o socialismo, Mariátegui considerava as formas eclesiásticas e as doutrinas religiosas peculiares e inerentes ao regime econômico social que as sustenta e produz, sendo que no socialismo elas seriam suprimidas ou ganhariam um novo contorno, com a incorporação de novos elementos em uma organização social superior.

No debate acerca do regionalismo e centralismo, polêmica importante no Peru do início do século XX, o Amauta aponta a necessidade de se construir a unidade peruana que não se apresentava como uma impossibilidade de organizar-se em um estado único. Caracterizando o problema da unidade nacional Peruana afirma que “não há que resolver uma pluralidade de tradições locais ou regionais, mas uma dualidade de raça, de língua e de sentimento, oriundo da invasão e da conquista do Peru autóctone por uma etnia estrangeira, que não conseguiu fundir-se com a raça indígena, nem conseguiu eliminá-la ou absorvê-la (Idem, p.201)”.

Nesta perspectiva o regionalismo seria uma expressão da consciência serrana e do sentimento andino onde “os novos regionalistas são, antes de mais, indigenistas (Idem, p.230)”. Traçando como nos outros ensaios uma perspectiva socialista para a questão, Mariátegui quando menciona a questão da localidade da capital aponta que a resposta dependerá “da primazia na transformação social e política do Peru – estará com as massas camponesas indígenas ou com o proletariado industrial da costa (Idem, p.214)”.

No último ensaio dedicado ao processo da literatura, o Amauta sugere que o “florescimento das literaturas nacionais coincide, na história do Ocidente, com a afirmação política da idéia nacional (Idem, p.221)”. Destacando novamente a manutenção de elementos culturais da conquista espanhola faz menção a literatura dos espanhóis da Colônia dizendo que não é literatura peruana “não por ser escrita em idioma espanhol, mas por ser concebida com espírito e sentimento espanhóis (Idem, p.235)”.

Em referência a fundação da república peruana, tece a crítica segundo a qual a literatura peruana não deixou de ser espanhola no momento da independência e sim o será quando tiver suas próprias raízes. A questão central estaria em sentir o passado “como uma raiz, como uma causa”.

Aos elementos centrais dos “sete ensaios” soma-se ainda os escritos nas revistas e periódicos que abordam as temáticas desenvolvidas nesta obra inter-relacionando as questões desenvolvidas por Mariátegui ao longo de sua trajetória política, intelectual e jornalística.

CONCLUSÃO

O estudo da obra do principal expoente da Cultura Política Socialista-comunista Latino Americana da primeira metade do século XX, nos apresenta um rico manancial de variedade no campo da interpretação marxista da realidade peruana e latino-americana.

Utilizando-se do método marxista de interpretação e visão do mundo, o Amauta trouxe novos elementos na abordagem de temas relacionados à sua época, o Peru e a América Latina dos anos 20. Mesmo tendo vivenciado um curto período de vida, Mariátegui, através de atividades político-jornalísticas, literárias e intelectuais, intervêm de forma singular na cena política peruana e latino-americana.

A contribuição proporcionada por José Carlos Mariátegui se apresenta hoje tanto na formulação estratégica de organizações sociais e políticas peruanas como nos meios intelectuais e político latino-americanos.

Carecemos de um estudo aprofundado da recepção e influência das idéias de Mariátegui no Brasil. A primeira edição dos *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana* no Brasil foi publicada somente durante os anos setenta do século passado.

O Amauta trouxe para a América Latina a riqueza da originalidade e criação do marxismo se desvinculando tanto do nacional-liberalismo de alguns políticos peruanos quanto do dogmatismo stalinista, desta forma enriquece e fomenta novos elementos constitutivos da Cultura Política Socialista-comunista latino-americana.

BIBLIOGRAFIA -

- BEIRED, José Luís Bendicho. Revolução e Cultura Política na América Latina. In: DAYREL, Eliane Garcindo & IOKOI, Zilda Márcia Gricoli (orgs.). América Latina Contemporânea: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996 (Col. “América: raízes e trajetórias”,4).
- ARICÓ, José. “O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional”. In: HOBSBAWM, Eric J. (org.). História do Marxismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v.8.
- LÖWY, Michael (org). O marxismo na América Latina: Uma antologia de 1909 aos dias atuais. 2ª Edição ampliada. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- MAZZEO, Antônio Carlos. Sinfonia inacabada. São Paulo:Boitempo, 1999.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. Sete ensaios de interpretação da realidade peruana. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- ESCORSIM, Leila. Mariátegui: Vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- BELLOTO, Manoel Lelo & CORRÊA, Anna Maria Martinez. In: Bellotto e Corrêa (Orgs). Mariátegui: política. São Paulo: Ática, 1982 (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 27).
- BAO, Ricardo Melga. Mariátegui e a ocidentalização da política.
- KOHAN, Nestor. Ni calco ni cópia, ensayos sobre o Marxismo Argentino e Latino Americano.